



1  
2 **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

3 SCS - B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A  
4 Brasília, DF. CEP 70308-200. - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

5 **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH**

6  
7 **ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS**  
8 **HUMANOS – REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2023.**

9  
10 Nos dias dezesseis de junho de dois mil e vinte e três, de forma híbrida, na Sala de Reuniões  
11 Plenárias do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, localizado no Setor Comercial Sul,  
12 Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Corporate, Torre A, 10º andar, Brasília – DF, foi realizada a 70ª  
13 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. **Estiveram presentes os**  
14 **seguintes conselheiros e conselheiras:** Admirson Medeiros Ferro Júnior (FNDC); Alessandra  
15 Santos de Almeida (CFP); Ana Borges Coelho Santos (PGR/MPF); Ana Paula Guljor  
16 (ABRASME); André Carneiro Leão (DPU); Andreia Aparecida Silvério dos Santos (CPT); Artur  
17 Custódio Moreira de Sousa (MORHAN); Carlos Nicodemos Oliveira Silva (MNDH); Darcy da  
18 Silva Costa (MNPR); Edna Cristina Jatobá de Barros (Dhesca Brasil); Getúlio Vargas de Moura  
19 Júnior (CONAM); Gustavo Miranda Coutinho (ABGLT); Helen Cristina Buttignol Perrella (UBM);  
20 Hélio das Chagas Leitão Neto (OAB); Jonata Carvalho Galvão da Silva (MJSP); Luisa de Marillac  
21 Xavier dos Passos (CNPG); Marina Ramos Dermman (Instituto Cultivar); Sandra Maria da Silva  
22 Andrade (CONAQ); Virginia Dirami Berriel (CUT). Participantes: Andre Luiz Barbosa Rodrigues;  
23 Arine Cacador Martins; Claudia de Almeida Soares (CNDH); Cleide das Neves Ferreira Santana  
24 (CNDH); Eddy Thayron Oliveira Souza; Fernanda Orly; Jean Wyllys; Lynkom Meschick de Souza;  
25 Maíra Recchia; Malu Stanchi; Marcela Alcantara Noman; Marcia Tiburi; Rafael (Instituto Vladimir  
26 Herzog); Raimundo Ribeiro; Rochester Araújo (ANADEP); Rosane Farias Silva; Thiago Flores.

27  
28 **Dia 16/06/2023 - Abertura da 70ª Reunião Ordinária do CNDH – Presidente André Carneiro**  
29 **Leão.** O Presidente André Carneiro Leão iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes e  
30 ao público que estava acompanhando a reunião de forma virtual. Notificou que possuem como



31 pauta extra uma moção de aplausos e reconhecimento ao trabalho do Professor Sérgio Godoy e que  
32 a tarde será discutido alguns itens referentes ao planejamento estratégico e a moção será aprovada.  
33 Acrescentou que foi circulado um formulário solicitando um *feedback* a respeito do trabalho do  
34 professor. Imediatamente avançou-se aos **Informes e orientações gerais – Presidente André**  
35 **Carneiro Leão**. A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam comunicou que em 26 e 27 de maio,  
36 o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul realizou a sua 6ª conferência  
37 estadual com o lema “*Desafios para a promoção e garantia dos direitos humanos no Rio Grande do*  
38 *Sul*”, e a participação da mesa diretora do CNDH. Agradeceu a Associação dos Defensores e  
39 Defensoras do Estado do Rio Grande do Sul e salientou a importância do evento. Ato contínuo, o  
40 Presidente André Carneiro registrou a presença do Sr. Rochester Araújo, representante da  
41 Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos. O Conselheiro Getúlio Vargas de  
42 Moura Júnior enfatizou a importância da presença do CNDH na Conferência Estadual de Direitos  
43 Humanos do Rio Grande do Sul. Em seguida, o Presidente André Carneiro Leão iniciou o relato de  
44 reunião com o público, em que os ministérios e a sociedade civil discutiram alguns aspectos  
45 problemáticos do relatório sobre os pactos relacionados aos direitos políticos e explicou que foi  
46 elaborado um documento para analisar e debater com órgão relacionado. Na sequência, foi iniciado  
47 o **Debate sobre violência política de gênero – Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella**. A  
48 Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella saudou a todos, propôs criar um grupo de cooperação,  
49 pois as diversas violências políticas no país estão se agravando e existem deputadas que estão  
50 respondendo a um processo com a justificativa de que estavam defendendo a revogação do marco  
51 temporal. Adicionou que será entregue um documento ao Ministério das Mulheres, ao Ministério da  
52 Igualdade Racial, ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ao Ministério dos Povos  
53 Indígenas e ao Tribunal Superior Eleitoral. Depois prestou solidariedade as deputadas que sofreram  
54 com esta situação. O Presidente André Carneiro Leão enfatizou a importância da discussão sobre o  
55 assunto, anunciou que as Conselheiras Virginia Dirami Berriel e Ana Paula Guljor comparecerão  
56 em uma missão no Mato Grosso e um dos assuntos a serem discutidos é o tema citado pela  
57 Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella. Asseverou que o relato será processado como uma  
58 denúncia e que as sugestões apresentadas de elaborar um levantamento e de fazer uma incidência de  
59 caráter mais estrutural e temático serão consideradas para impactar na transformação da realidade.  
60 Notificou que aguardam a denúncia no sistema eletrônico para o processamento. Ato seguinte, foi  
61 iniciado o **Relato sobre Alienação Parental – Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella**. A  
62 Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella pontuou que o tema é recorrente na Comissão de



63 Mulheres, que existe uma necessidade urgente da revogação da lei de Alienação Parental, que a  
64 ONU propôs algo nesse sentido e que a comissão sugere a realização de reuniões extraordinárias  
65 dentro da comissão com a convocação de especialistas que atuam no judiciário e profissionais da  
66 área para criar uma recomendação. Cientificou que receberam uma denúncia, que não entrará nessa  
67 pauta e a proposta é de que o grupo tenha a duração de dois a três meses para a elaboração do  
68 documento. O Presidente André Carneiro Leão concordou com a participação de grupos de estudo e  
69 ressaltou a importância do assunto. Ato contínuo, foi iniciado o **Debate sobre Racismo nos**  
70 **esportes - Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella**. A Conselheira Helen Cristina  
71 Buttignol Perrella se solidarizou com o jogador Vinícius Júnior, motivo da nota do CNDH  
72 divulgada recentemente. Arrazoou que a comissão propõe debater o racismo no esporte,  
73 complementou que o caso do jogador não é um caso isolado no futebol e que, como o futebol é um  
74 esporte de grande visibilidade, aparecem mais notícias, porém, aparecem casos em outros esportes  
75 também. Nesse sentido, relatou que foi proposto dialogar com instituições como a CBF, a  
76 CONMEBOL, a FIFA, os jogadores, o Ministério dos Esportes, o Ministério da Igualdade Racial e  
77 o Ministério da Justiça para buscar uma ação mais firme nesse sentido. Asseverou que as mulheres  
78 pretas também sofrem muito o racismo. Anunciou que estão fazendo o debate da audiência pública  
79 no início de agosto sobre a situação das creches no Brasil. Lembrou que no dia 08 de março o  
80 Presidente Lula anunciou que seriam implementadas mais creches, que buscam creches inclusivas,  
81 sem violências, e com a segurança alimentar para as crianças. O Conselheiro Getúlio Vargas de  
82 Moura Júnior saudou a atuação das conselheiras Helen Cristina Buttignol Perrella e Virginia Dirami  
83 Berriel e colocou as torcidas democráticas a disposição para debater o machismo, a homofobia e o  
84 racismo nas arquibancadas. Ressaltou a necessidade do debate, sugeriu a participação do Sr. Roger  
85 Machado, lembrou iniciativas de frentes parlamentares lançadas em defesa do futebol feminino e  
86 propôs a divisão em dois focos: um sobre o machismo e a discriminação às mulheres e outro sobre  
87 o racismo, em especial o caso do Sr. Vinícius Júnior. Argumentou que o assunto deve ser superado e  
88 discutido. Depois foi prestada solidariedade a família da policial Rafaela Drumond. Ato seguinte foi  
89 relatado pelo Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva que está em curso o relatório contra a  
90 LGBTfobia no futebol, sendo uma parceria do Grupo Arco-íris com a CBF e que são desenvolvidas  
91 várias ações para o enfrentamento. Destacou que é algo que está inserido na sociedade brasileira e  
92 se colocou à disposição. Em seguida, foi iniciado o relato da **Audiência Pública das mulheres**  
93 **quilombolas – Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade**. A Conselheira Sandra Maria da  
94 Silva Andrade relatou que foi proposta a audiência para o dia 14, o que não foi aceito, e que



95 propuseram para o dia 15, data que não havia nenhum deputado presente, sendo necessário adiar a  
96 audiência. Adicionou que estão fazendo o encontro na CONTAG, que a primeira-dama compareceu  
97 e que ontem receberam vários deputados e ministros. Afirmou que estão contentes com o  
98 andamento, ressaltou a importância do CNDH e anunciou que será elaborado um documento  
99 decorrente desse encontro que será encaminhado ao CNDH. Cientificou que semana passada dois  
100 quilombolas morreram, um no Rio Grande do Sul e outro no Pará, o que demonstra que a violência  
101 está aumentando. Afirmou que foi feita a reivindicação da investigação da morte dos quilombolas  
102 ao Ministério da Justiça, que as mulheres estão dispostas a participar desse encontro e que espera a  
103 colaboração do CNDH com o documento. O Presidente André Carneiro Leão considerou  
104 lamentável a impossibilidade da realização da audiência, relatou que a mesa diretora elaborou um  
105 documento para encaminhar à Câmara e que processarão o documento imediatamente após a sua  
106 chegada. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade notificou que o documento estará pronto no  
107 dia 17. Na sequência, a Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella informou que não conseguiu  
108 acompanhar a situação, mas que a comissão está à disposição. Depois, foi iniciada a apresentação  
109 do **Seminário Fortalecendo a Democracia com o Poder Popular e contra o neoliberalismo na**  
110 **América Latina e no Caribe – Conselheira Virginia Dirami Berriel**. A Conselheira Virginia  
111 Dirami Berriel relatou que o seminário ocorreu na semana passada, tratou temas como o  
112 enfrentamento ao neoliberalismo, das empresas transnacionais, a luta pela cobrança contra a  
113 impunidade destas empresas e o acordo do Mercosul sobre agrotóxicos e direitos humanos das  
114 empresas. Complementou que o encontro ocorreu em dois dias, que houve uma incidência alta na  
115 Câmara por causa de um projeto de lei relativo aos direitos humanos e empresas e que no dia  
116 seguinte participou de reunião na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo  
117 (CONATRAE), que tratou sobre a recomendação nº 4, de 2 de março de 2023, contra o trabalho  
118 escravo no Rio Grande do Sul em plantação de uva e trabalhadores libertados em regime de  
119 trabalho análogo à escravidão em plantações de arroz. Arrazoou que no item 1 da recomendação é  
120 proposta a criação de um GT pelo MDH, que será coordenado pela CONATRAE e subcoordenado  
121 pela Comissão Permanente do Direito ao Trabalho, Educação e Seguridade Social para a tratativa de  
122 denúncias relativas ao trabalho escravo. Acrescentou que embora exista no ministério um GT sobre  
123 direitos humanos e empresas, esse GT será mais restrito. Cientificou que foi aprovado por  
124 unanimidade e que participará. Depois citou as denúncias recebidas sobre assédio moral e sexual no  
125 mundo do trabalho, o que será tema da próxima reunião da Comissão de Trabalho, Educação e  
126 Seguridade Social que ocorrerá no dia 28 de junho de 15 às 18 horas, com a discussão da norma nº





127 190 da OIT e dos casos de precarização e das denúncias. Cientificou que receberam uma denúncia  
128 de suicídio de três trabalhadores do Ministério Público de São Paulo por causa de sobrecarga de  
129 trabalho e assédio moral, além da denúncia de escritã. Alegou que deve ser trabalhado em uma  
130 audiência pública específica após o recesso parlamentar o assédio moral no trabalho. Discorreu  
131 sobre o assédio moral em empresas públicas como a Petrobrás, EBC, Polícia Civil e o Ministério  
132 Público de São Paulo. Afirmou que oficiaram o Ministério Público de São Paulo e que é necessário  
133 debater o assunto. O Presidente André Carneiro Leão relatou que receberam diversas denúncias e  
134 que deve haver uma audiência pública sobre assédio moral. Propôs iniciar o relato das reuniões e  
135 depois as resoluções. Foi concordado. Em seguida, foi iniciado o **relato sobre a Comissão**  
136 **Permanente de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e enfrentamento a**  
137 **Criminalização dos Movimentos Sociais – Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos**. A  
138 Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos comunicou que se reuniram duas vezes para a  
139 organização de uma metodologia de trabalho. Acrescentou que a comissão foi dividida em dois  
140 grupos de trabalho, um para o acompanhamento da política de proteção de defensoras e defensores  
141 e outro para acompanhar as denúncias. Explanou que na última reunião foi feita a distribuição de  
142 denúncias para duplas de relatores e sugeriu fornecer o acesso a esses relatores dos processos SEI  
143 de denúncia para o monitoramento. Alegou que foram atribuídas denúncias recebidas em 2023 e  
144 que estão pendentes as denúncias dos anos anteriores, sendo importante continuar o monitoramento  
145 das denúncias dos anos anteriores com a Secretaria Executiva. Arrazoou que posteriormente será  
146 oficializado à Secretaria a disponibilização do processo SEI aos relatores, que foi encaminhado o  
147 relato das denúncias e que foi elaborada uma proposta de resolução para acompanhar processos  
148 criminais decorrentes da criminalização de movimentos sociais. Afirmou que foi editado um  
149 decreto no dia 13 de junho que visa a criação de um grupo de trabalho para a reformulação do Plano  
150 de Política de Proteção de Defensores e a elaboração de um projeto de lei. Com a palavra, o  
151 Presidente André Carneiro Leão enfatizou a importância do assunto, parabenizou a metodologia da  
152 comissão, asseverou que pode ser replicada em outras comissões, explicou a divisão do GT e  
153 considerou interessante o recebimento de denúncias atuais e a distribuição de relatores. Argumentou  
154 que deve existir um SEI para cada comissão, que as atas e as denúncias devem ser colocadas nos  
155 SEI's e que devem ser indicados os relatores. Depois, a Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos  
156 Passos parabenizou os integrantes da comissão. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior  
157 parabenizou a Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos, pontuou que os números estão  
158 subestimados, pois a violência está aumentando. Concluiu afirmando que pode ser verificado em



159 cada comissão. A Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella parabenizou a Conselheira Luisa de  
160 Marillac Xavier dos Passos, complementou que se pretende implementar na Comissão Permanente  
161 de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade  
162 Racial e Enfrentamento ao Racismo e relatou como dificuldade o acesso ao SEI. Informou que foi  
163 disponibilizado um *drive* com as denúncias, mas que existem arquivos das denúncias iniciais e que  
164 não sabe se foram expedidos os ofícios e se obtiveram retorno. Arrazou que algumas denúncias  
165 não possuíam o SEI, que solicitou o acesso ao SEI e as denúncias do biênio passado. O Presidente  
166 André Carneiro Leão argumentou que o assunto deve ser resolvido de forma urgente, que algumas  
167 denúncias trazem questões sigilosas e que por isso eram tratadas em drives externos para garantir  
168 maior sigilo, entretanto, é necessário ter o franco acesso as pessoas designadas como reladoras e que  
169 esses relatores devem assinar algum documento se comprometendo com o sigilo. Asseverou que  
170 houve muitas denúncias, que todas as denúncias que estavam acumuladas foram tratadas por ele  
171 individualmente e que o compromisso da secretaria executiva é de que isso não ocorra. A  
172 Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella argumentou que a falta do SEI dificulta no  
173 pós-reunião e complementou que não possui o SEI da denúncia da RENOSP, o que foi solicitado há  
174 algum tempo por e-mail para a Secretaria Executiva. O Presidente André Carneiro Leão informou  
175 que está sendo resolvido, argumentou que não pode haver denúncia sem SEI, alegou que existem  
176 níveis de acesso ao SEI e que estão contatando o Ministério para conceder o acesso. O Conselheiro  
177 Carlos Nicodemos Oliveira Silva colocou a Comissão de Litigância Estratégica à disposição para o  
178 acompanhamento de processos relativos à criminalização de movimentos sociais e casos de  
179 defensores de direitos humanos. Quanto as denúncias, salientou a necessidade de um protocolo para  
180 as denúncias, visando uma orientação normativa sobre os processos de funcionamento das  
181 denúncias. Destacou a necessidade de fazer uma verificação preliminar sobre a consistência das  
182 informações que recebidas, o que pode ser feito por uma equipe técnica, e a necessidade de  
183 exaurimento das instâncias locais, verificando o que foi realizado nas instâncias locais. Salientou a  
184 importância do protagonismo da vítima que denuncia para garantir a voz e preservar a imagem e  
185 sugeriu um protocolo para definir fases e etapas das denúncias encaminhadas ao conselho. O  
186 Presidente André Carneiro Leão afirmou que o filtro existe, que existem as denúncias arquivadas,  
187 que foram analisadas pela presidência e pela secretaria executiva, que o Regimento interno não  
188 esclarece os requisitos para as denúncias, alegou que o protocolo é essencial e depois leu o objetivo  
189 estratégico nº 9, que está próximo ao sugerido pelo Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva.  
190 Arrazou que deve ser colocado na normativa e que as outras sugestões devem ser discutidas no



191 GT. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade pontuou que é necessário ter acesso as  
192 denúncias do mandato passado e anteriores, que possuem um relatório de missão para encaminhar,  
193 que fizeram reunião que não foi gravada, elaboraram a ata e que precisam de auxílio da secretaria  
194 para o recebimento das denúncias e cadastro dos participantes das comissões para o envio das  
195 denúncias pelo sistema do conselho. O Presidente André Carneiro Leão reforçou que a secretaria  
196 executiva solicitou um documento com o pedido de reunião para criar um *link* e ter um  
197 representante da secretaria para acompanhar a reunião. Destacou a importância da transmissão da  
198 reunião, de um quadro de servidores estável no CNDH e do planejamento estratégico. Cientificou  
199 que conseguiram concluir o processo de requisição de servidores e afirmou que o primeiro servidor  
200 chegará em julho. Acrescentou que não sabe se todos os servidores selecionados entrarão no  
201 CNDH, mas que fizeram todos os esforços. A Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos  
202 asseverou que os conselheiros têm acesso ao SEI externo, sendo importante acompanhar e fazer um  
203 *e-mail* com acesso externo para os coordenadores no mínimo. Salientou a importância de ter acesso  
204 a todos os casos relacionados a um único SEI. Complementou que a gestão anterior se debruçou  
205 bastante sobre os processos de denúncias e sugeriu a leitura dos artigos nº 40 e 49 do Regimento,  
206 que fazem os fluxos das denúncias antes de fazer a distribuição dos casos. Argumentou que se pode  
207 pensar em fluxos complementares e que os artigos nº 47 e 48 esclarecem esses fluxos. Adicionou  
208 que a transcrição é importante para elaborar a memória da reunião e compor o processo SEI. Em  
209 seguida, o Sr. Rochester Araújo justificou a ausência da Sra. Alessandra, agradeceu a acolhida,  
210 comunicou que na quarta-feira, na última AGE, houve um requerimento pela defensora pública  
211 Aléssia Tuxá, primeira defensora indígena do Brasil, para criar uma comissão dentro da ANADEP  
212 em relação a proteção dos povos indígenas, o que foi aprovado por unanimidade e colocou as  
213 comissões à disposição. O Presidente André Carneiro Leão agradeceu e sugeriu aprovar as notas  
214 públicas em bloco, que foram previamente aprovadas pela mesa e que seriam aprovadas *ad*  
215 *referendum*, listadas nos itens de 09 e 40, “*em defesa das comunidades de fundo e fecho de pasto,*  
216 *missão realizada no oeste do estado do Pará, contrária a retirada do CONATRAE do Ministério*  
217 *dos Direitos Humanos e da Cidadania, em repúdio ao racismo no futebol, em defesa dos direitos*  
218 *dos povos indígenas em objeção ao PL nº 490, sobre as demissões em massa nas empresas da Oi,*  
219 *V.tal e os julgamentos dos processos relativos à chacina do Curió*”. Não havendo objeções, as notas  
220 foram aprovadas por unanimidade. O Presidente André Carneiro Leão sugeriu a escuta do Sr. Rafael  
221 do Instituto Vladimir Herzog e no retorno voltaria para as recomendações. Todos concordaram. Foi  
222 iniciada a **apresentação do Instituto Vladimir Herzog – Sr. Rafael**. O Sr. Rafael apresentou a Sra.



223 Malu Stanchi, apresentou sobre o Instituto Vladimir Herzog, que é direcionado as violências,  
224 declarou que fizeram uma documentação sobre as violações de direitos humanos e foi iniciado com  
225 a chacina de Jacarezinho, mas que posteriormente estudarão outras chacinas. Informou que buscam  
226 a transformação, a interlocução com outros atores e olhar para as vítimas da chacina. Informou que  
227 o relatório contém depoimentos e passou a palavra para a Sra. Malu Stanchi. Na sequência, a Sra.  
228 Malu Stanchi apresentou a metodologia de construção do relatório. O Sr. Rafael ressaltou a  
229 colaboração do Instituto Friedrich Ebert Stiftung. A Sra. Malu Stanchi discorreu sobre os objetivos  
230 do relatório, contexto – Rio de Janeiro e comunicou que foram coletados depoimentos no dia  
231 posterior a eleição de Claudio Castro. Arrazou sobre a metodologia do relatório, violações, as  
232 execuções perpetradas no interior das residências, alegou que foi percebido o recolhimento de  
233 muitas evidências por Fmoradores e que nas vias públicas houve o cenário de desfazimento do  
234 crime, provas de que houve um confronto. Asseverou que vários processos foram arquivados, três  
235 denúncias foram oferecidas e apenas um continua até hoje. Pontuou que há uma coação a muitas  
236 mães e familiares, informou algumas recomendações e explicou que foi construído um memorial  
237 sobre as vítimas do Jacarezinho. O Sr. Rafael noticiou que estão refletindo o que pode ser feito com  
238 o relatório. Complementou que foi informado de um evento em São Paulo das Mães de Maio e  
239 diante do exposto, buscam fazer um no Rio de Janeiro com a presença do CNDH e que estão à  
240 disposição. O Presidente André Carneiro Leão parabenizou o relatório, ressaltou a importância do  
241 seguimento nas denúncias e que será importante ter um retorno sobre o que foi feito na missão no  
242 Jacarezinho. Argumentou que o fato de não ser um caso isolado e não ocorrer somente no Rio de  
243 Janeiro reforça que deve ser pensado em estratégia sistemática e estrutural para reduzir a letalidade  
244 policial e que o CNDH pode auxiliar no cumprimento da ADPF nº 365. Na sequência, passou a  
245 palavra para a Conselheira Virginia Dirami Berriel. A Conselheira Virginia Dirami Berriel saudou  
246 os integrantes do Instituto Vladimir Herzog, resgatou o trabalho realizado na comissão de  
247 Segurança na pandemia. Destacou que além de trazer impacto para as mães, trouxe impacto a  
248 lideranças como o Sr. Antônio Carlos Gabriel, conhecido como Rumba, liderança importante de  
249 Jacarezinho. Adicionou que estiveram *in loco* e elaboraram um relatório, que é um complemento da  
250 missão. Declarou que é necessário combater para que não ocorra mais e se colocou à disposição. A  
251 Conselheira Ana Paula Guljor enfatizou a importância do relatório, pontuou que desde a década de  
252 60 ocorre no Rio de Janeiro uma articulação profunda de estado desde a polícia militar ao  
253 parlamento e governos. Relembrou ação de 2019 de mortes de crianças que eram jogadas em canal  
254 e salientou que devem continuar na luta. O Conselheiro Jonata Carvalho Galvão da Silva





255 parabenizou as exposições e se solidarizou com a população que sofre as violações de direitos.  
256 Adicionou que estão recebendo várias denúncias que estão sendo utilizadas como plataformas de  
257 governo, que podem abordar os presídios estaduais e remoção de pessoas. Sobre as ações  
258 causadas por policiais, argumentou que existem medidas que podem ser adotadas pela polícia para  
259 não haver violações que o conselho pode acompanhar, como a instalação de câmeras corporais.  
260 Arrazou que pode ser analisado como a medida auxiliará os outros estados na instalação das  
261 câmeras, protocolos básicos como a utilização de helicópteros blindados em comunidades,  
262 abordagens, sobre algumas operações que estão sendo revogadas porque violaram direitos humanos,  
263 asseverou que estão discutindo medidas de suporte as vítimas e familiares, parcerias com outros  
264 ministérios e a não revitimização das famílias. Afirmou que devem ser identificadas plataformas  
265 violadoras de políticas públicas, ter revisão e execução de protocolos garantidores de direitos  
266 humanos no âmbito da segurança pública, se aprofundar sobre o Sistema Único de Segurança  
267 Pública, apoiar as vítimas de violação de direitos humanos e verificar as formas de reparação. A  
268 Conselheira Andreia Aparecida Silvério dos Santos parabenizou a apresentação e ao conselho,  
269 lembrou a promoção de agentes públicos na promoção de massacres no campo e o Massacre de  
270 Pau d'Arco em 2017, que completou seis anos esse ano e a atuação dos policiais nesse caso.  
271 Discorreu sobre a impunidade nesses casos. Relatou reunião na semana passada com a Secretaria de  
272 Acesso a Justiça com o secretário Marivaldo onde foi debatida a necessidade de unificar a discussão  
273 sobre violência policial, impunidade e propor ações junto ao Conselho Nacional de Justiça, uma  
274 agenda de discussões e que o CNDH acompanhe esse tema. O Conselheiro Carlos Nicodemos  
275 Oliveira Silva parabenizou o relatório, destacou que os episódios ocorridos não devem ser  
276 banalizados, questionou se as recomendações estão no relatório a partir de uma proposição  
277 internacional no sistema interamericano e se existe uma demanda aberta no sistema interamericano  
278 em relação a esse episódio. O Sr. Rafael respondeu que não existe nenhuma demanda na comissão  
279 interamericana sobre esse caso, que as recomendações foram elaboradas pensando em questões  
280 conectadas a eles e a lógica de recomendações de direitos humanos, que fizeram uma análise de  
281 relatórios da sociedade civil e recomendações da ADPF das favelas. O Conselheiro Carlos  
282 Nicodemos Oliveira Silva agradeceu os esclarecimentos, propôs o encaminhamento do relatório ao  
283 Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, apontando que na  
284 análise desse conselho, verificou-se que esse episódio tem uma movimentação junto ao processo  
285 eleitoral que culminou na eleição do governador. Explanou que esse conselho tem ocupação na  
286 ADPF 635 como amigo da corte e sugeriu uma petição na ADPF 635 com este relatório e



287 solicitando uma audiência com o Ministro Edson Fachin, relator da ADPF para incrementar o  
288 debate. Relatou que no dia 06 de junho houve o julgamento de um agravo em que se discutia um  
289 cronograma de cumprimento de inserção de câmeras em uniformes e o Rio de Janeiro apresentou  
290 um embargo. Sugeriu pensar em uma audiência com o ministro Flávio Dino, encaminhando o  
291 relatório com as recomendações apresentadas. O Presidente André Carneiro Leão agradeceu e  
292 ponderou que as sugestões passarão pela Comissão de Segurança Pública. A Conselheira Luisa de  
293 Marillac Xavier dos Passos sugeriu o encaminhamento do relatório de 2021 para a Comissão de  
294 Segurança Pública no intuito de verificar os desdobramentos e que as recomendações do  
295 Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva sejam aplicadas com as recomendações do relatório.  
296 O Presidente André Carneiro Leão concordou, salientou a importância de analisar os relatórios  
297 realizados e notificou que o relatório do CNDH foi entregue a relatora da ONU. Acrescentou que  
298 deve ser identificado o SEI do processo do massacre de Jacarezinho e juntar o relatório do Instituto  
299 Vladimir Herzog, com vistas a Comissão de segurança pública para apreciar medidas para todo o  
300 país. O Conselheiro Hélio das Chagas Leitão Neto argumentou que isso acontece com a convivência  
301 do poder estatal, estímulo e a transmutação dessas forças em forças políticas, argumentou que  
302 mesmo se o governador negasse, aconteceria e que deve caracterizar como algo político. Foi  
303 sugerido se dirigir ao governo do Rio de Janeiro. A Conselheira Andreia Aparecida Silvério dos  
304 Santos sugeriu verificar a agenda do CNJ para discutir a violência policial e a impunidade na  
305 reunião no Rio de Janeiro. O Presidente André Carneiro Leão questionou se poderia finalizar a  
306 reunião as 12:30 com mais um ponto de pauta. Todos concordaram. O Presidente André Carneiro  
307 Leão relatou que existe uma recomendação nº 10 de 16 de maio de 2023 sobre centros de  
308 convivência, que foi bastante discutida. Iniciada a votação, a recomendação foi aprovada por  
309 unanimidade. Ato seguinte, o Presidente André Carneiro Leão sugeriu pautar a resolução sobre  
310 criminalização dos movimentos sociais. Foi concordado. Na sequência, foi iniciado o relato sobre a  
311 **resolução sobre criminalização dos movimentos sociais - Conselheira Luisa de Marillac Xavier**  
312 **dos Passos**. A Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos relatou que a proposta é “*instituir*  
313 *no âmbito da comissão Permanente de Defensores de Direitos Humanos e enfrentamento da*  
314 *criminalização dos movimentos sociais os comitês de análises de processos criminais e que cada*  
315 *um desses comitês seja composto por três consultores escolhidos pela comissão sendo um deles*  
316 *acadêmico ou profissional com reconhecida atuação no direito penal, processual penal*”. Citou o  
317 artigo 4º sobre a elaboração de relatório, as competências e enfatizou a importância do conselho em  
318 relação ao acompanhamento. A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam salientou a importância



319 desse mecanismo para o conselho e os movimentos e discorreu sobre o histórico. Propôs incluir os  
320 processos judiciais e administrativos. O Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva questionou  
321 se a resolução é da comissão ou do conselho e sugeriu fazer um glossário dos instrumentos que o  
322 conselho opera, sendo algo de organização interna. O Presidente André Carneiro Leão explicou que  
323 o conselho utiliza as resoluções como um ato de normatização interna, que a maioria das resoluções  
324 são de organização interna e que pode ser refletido. Pontuou que seria necessário contemplar todos  
325 os casos de *lawfare*, os processos administrativos e judiciais, verificar quantos juízes e procuradores  
326 foram processados, e se teriam condições de abarcar todos os itens. Sugeriu iniciar com o comitê de  
327 processos criminais e havendo estrutura, poderiam ser verificados os processos administrativos.  
328 Quanto ao artigo 2º, entendeu que não há interesse de incluir conselheiros e que por ele não há  
329 objeção. No artigo 4º, ponderou que o termo “*todas*” limita e sugeriu a retirada da palavra. A  
330 Conselheira Andreia Aparecida Silvério dos Santos questionou quanto ao artigo 4º o que haveria  
331 depois do relatório, que tipo de incidência será feita, se houve a discussão para incluir na resolução  
332 e sugeriu constar a análise se o processo judicial está aferindo o processo legal. A Conselheira Ana  
333 Borges Coelho Santos propôs alterar no artigo 4º para “*motivações do inquérito policial ou*  
334 *processo criminal*”. Foi sugerido colocar a expressão “*procedimentos de investigação criminal*”.  
335 Diante do exposto, foi sugerido colocar a expressão “*todos os processos administrativos*”. O  
336 Presidente André Carneiro Leão pontuou que há natureza do processo disciplinar e o procedimento  
337 de natureza criminal. O Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva questionou se o conselho  
338 quer analisar objetivamente os processos criminais ou o processo de criminalização. Argumentou  
339 que se forem discutidos os processos de criminalização deve deixar aberto e que em seguida, pode  
340 incluir a CPI do MST. Discordou da abordagem sobre objetivação da institucionalidade da  
341 criminalização no processo penal. O Conselheiro Artur Custódio Moreira de Sousa alegou que  
342 houve vários processos de criminalização no MORHAN e em outras instituições e que se a  
343 comissão ficar restrita nesse campo, há perdas, e se for uma resolução que restringe os processos de  
344 criminalização, diminui o papel. Externou a sua preocupação quanto a redução do papel. O  
345 Presidente André Carneiro Leão pontuou que caminha para os processos de criminalização, citou o  
346 artigo 2º, que versa sobre a recomendação de especialista de processo penal. Declarou que a  
347 comissão permanente também trata da criminalização de eventos sociais, portanto, os processos  
348 serão processados. Compreendeu que a proposta é ter uma metodologia inovadora com pessoas  
349 externas. Depois foi destacado que é uma deliberação do conselho e que não está confrontada, que  
350 soma a perspectiva da comissão, que pode ter um especialista para analisar alguns processos



351 relevantes, mas que faltam recursos para analisar todos. Foi ponderado que pode ser analisado  
352 também pela Comissão de Litigância Estratégica, sugerido alterar no artigo 2º para “reconhecida  
353 atuação nas ciências criminais”, e no artigo 3º em substituição ao termo “processo judicial de  
354 criminalização”, alterar para “processo judicial ou administrativo de criminalização” e no artigo 4º  
355 pode ser colocado “para cada situação de criminalização encaminhada pelo CNDH à CAPC, o  
356 comitê elaborará o relatório contendo uma avaliação sobre as motivações de procedimento  
357 administrativo, inquérito policial ou processo instaurado contra os defensores de direitos humanos,  
358 devendo ser emitido um parecer sobre se a denúncia teve origem em razões políticas e econômicas  
359 motivadas por lutas contra violações de direitos e liberdades fundamentais de povos e indivíduos,  
360 bem como pela conquista de novos direitos individuais e coletivos, políticos, sociais, econômicos e  
361 ambientais e ao risco iminente ao direito de liberdade das pessoas envolvidas e se o processo  
362 administrativo, inquérito policial ou processo judicial fere o processo legal”. O Presidente André  
363 Carneiro Leão sugeriu no artigo 1º alterar para: “comitês de análise de processos de  
364 criminalização”. Foi sugerido retirar a palavra denúncia e colocar a expressão “se tiveram”. O  
365 Presidente André Carneiro Leão leu o artigo 1º, que consiste em: “Instituir, no âmbito da comissão  
366 permanente de Defensores e Defensoras de enfrentamento a criminalização de movimentos sociais  
367 os comitês de análise de processos de criminalização”. Leu o artigo 2º sobre: “Cada CAPC será  
368 composta por 3 (três) consultoras/es ad hoc escolhidas/os pela Comissão Permanente de  
369 Defensores de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais,  
370 sendo um/a delas/es necessariamente acadêmica/o ou profissional com reconhecida atuação nas  
371 ciências criminais (direito penal, processual penal, dentre outras)”. Citou o artigo 3º, que informa:  
372 “Compete aos CAPC a análise de denúncias apuradas pelo CNDH que envolvam defensores/as de  
373 direitos humanos em processo de criminalização, seja na esfera administrativa ou judicial”. Depois  
374 leu o artigos 4º: “Para cada situação de criminalização encaminhada pelo CNDH ao CAPC, o  
375 referido Comitê elaborará um relatório contendo avaliação sobre as motivações de procedimento  
376 administrativo, inquérito policial ou processo criminal instaurado contra as/os defensoras/es de  
377 direitos humanos, devendo ser emitido parecer sobre se tiveram origem em razões políticas e  
378 econômicas, decorrentes de lutas contra as violações de direitos e liberdades fundamentais de  
379 povos e de indivíduos, bem como pela conquista de novos direitos individuais e coletivos (políticos,  
380 sociais, econômicos, culturais e ambientais), se há risco iminente ao direito de liberdade das  
381 pessoas envolvidas e se o processo administrativo, inquérito policial ou processo criminal fere o  
382 devido processo legal”. Iniciada a votação, todos aprovaram a resolução. Em seguida a reunião foi





383 encerrada. **Abertura – Tarde:** O Presidente André Carneiro Leão iniciou a reunião  
384 cumprimentando a todos, ponderou sobre a proposta de legitimação e aprovação do planejamento  
385 estratégico e a revisão e definição dos calendários das comissões, subcomissões, missões e  
386 audiências. Sugeriu a discussão do calendário das missões mais urgentes e que direcionar para as  
387 comissões, em especial a Comissão de Terra e Água para discutir com a mesa diretora as missões do  
388 semestre. Foi solicitado o calendário de forma eletrônica à Secretaria Executiva. O Presidente  
389 André Carneiro Leão explanou que a próxima recomendação seria sobre o discurso de ódio,  
390 contextualizou o histórico da recomendação, onde foi entregue um documento da ONU orientador  
391 sobre discursos de ódio. Explicou que a sugestão é incorporar o plano de ação estratégica para o  
392 Brasil, visto que o Brasil não possui legislação específica sobre discursos de ódio, e que a resolução  
393 deve ser o pontapé inicial para discutir o assunto. O Conselheiro Admirson Medeiros Ferro Júnior  
394 explicou que a proposta da resolução foi bem acolhida pela comissão, salientou a necessidade de ter  
395 marcos regulatórios que definam melhor o discurso de ódio, que o conselho precisa fazer com que a  
396 legislação brasileira aponte ferramentas que auxiliem no combate, que foi ressaltado sobre a criação  
397 de um observatório de discursos de ódio, que a Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos  
398 sugeriu um ajuste na redação e reforçou a necessidade de diálogo com a Comissão de Litigância e a  
399 comissão de monitoramento das obrigações internacionais. O Presidente André Carneiro Leão  
400 sugeriu no parágrafo único do artigo 6º uma alteração quanto a redação e concordou com a  
401 proposta. A Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos destacou a importância da resolução,  
402 sugeriu no parágrafo 1º alterar para “*fundamentada em quem são*” e retirar os termos “*pessoas*” e  
403 “*que*”. Acrescentou que está tratando de entidades no documento todo, não movimentos sociais,  
404 sendo importante inserir em todos os artigos os dois termos. Declarou que no artigo 4º o *caput* e o  
405 parágrafo 1 são repetidos, podendo retirar o parágrafo único. No *caput* sugeriu trocar a expressão  
406 “*devem ser capazes*” por “*devem capacitar*”. O Presidente André Carneiro Leão explicou que o  
407 Plano da ONU se refere as agências da ONU, e diferenciaram os integrantes como os conselheiros e  
408 a secretaria executiva. A Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos sugeriu englobar tudo,  
409 adicionou que o parágrafo segundo se transformaria em parágrafo único. Estranhou o artigo 6º,  
410 sugeriu que no parágrafo primeiro fosse indicado o papel do Ministério dos Direitos Humanos e da  
411 Cidadania e o parágrafo segundo seria incorporado. Propôs focar no Observatório Nacional,  
412 direcionando a tarefa de recursos para o funcionamento ao Ministério dos Direitos Humanos e da  
413 Cidadania, que o observatório deve ter a participação de entidades e movimentos sociais, sem  
414 prejuízos de outras parcerias. Sugeriu a alterar o artigo 16 para o último considerando. Ato seguinte,



415 o Presidente André Carneiro Leão questionou se o CNDH participa do GT de discurso de ódio e foi  
416 respondido que estão fazendo um levantamento. O Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva  
417 ponderou que a introdução seria uma opinião do CNDH em relação ao PL, porém na resolução são  
418 estabelecidas questões de natureza conceitual, procedimental, política, programa, e que está  
419 tentando entender qual seria o objetivo, se seria uma definição ou plano de enfrentamento. Explicou  
420 que no segundo caso o conselho deveria deliberar um Plano Nacional. Acrescentou que existem  
421 matérias de plano na resolução, que está confuso e que poderia ser trabalhado em etapas. O  
422 Presidente André Carneiro Leão esclareceu que a proposta é originada de um plano de ação  
423 estratégia realizado pela ONU e que deve ser guiada pela ONU quanto aos discursos de ódio.  
424 Declarou a intenção é ser um documento inicial no assunto, que não tinha a referência ao projeto de  
425 lei, mas pode inserir nos “*considerandos*”. Argumentou que competem iniciar o debate e que o  
426 plano de ação visa incentivar todas as entidades de direitos humanos. A Conselheira Helen Cristina  
427 Buttignol Perrella sugeriu a retirada do termo “*capacitar*” no texto e substituir por “*formar*”. A  
428 Conselheira Ana Borges Coelho Santos questionou com o que o termo “*fundamentada*” está  
429 concordando no artigo 1º, sugeriu a inclusão da vírgula, alterando para “*qualquer forma de*  
430 *comunicação, seja oral, escrita*” e colocar a expressão “*comportamental*” no final. O Conselheiro  
431 Admirson Medeiros Ferro Júnior concordou com as sugestões e salientou que pode juntar as três  
432 comissões para elaborar o plano. O Presidente André Carneiro Leão citou as propostas anteriores.  
433 Depois foi questionado se a vestimenta seria uma forma de comunicação comportamental. Foi  
434 concordado. Após a verificação do *quórum*, foi iniciada a votação da resolução. O Conselheiro  
435 Carlos Nicodemos Oliveira Silva votou a favor, mas com ressalvas com relação a forma,  
436 entendendo que o melhor caminho seria uma resolução que definisse o conceito do discurso de  
437 ódio, o indicador da construção de um plano, que nesse plano constasse fases, etapas, programas de  
438 orientação aos discursos de ódio. Iniciada a votação, a resolução foi aprovada. Foi ressaltado o  
439 histórico da democracia, sobre grupos de Bolsonaro e Trump e que a ressalva deve ser considerada  
440 para não cair em uma tirania. O Presidente André Carneiro Leão concordou. Em seguida, foi  
441 passada a palavra para a Sra. Marcia Tiburi para discorrer sobre denúncia. A Sra. Marcia Tiburi não  
442 se opôs a divulgação, agradeceu a participação, se apresentou, asseverou que sempre recebeu  
443 críticas, que publicou um livro chamado “*Como conversar com um fascista*” e com a publicação  
444 recebeu diversos ataques a partir de 2018. Relatou que houve um aumento da política de extrema  
445 direita, que nos anos de 2017 e 2018 houve uma profissionalização dos ataques de ódio e uma  
446 mudança de perspectiva. Narrou casos de pessoas exiladas, declarou que ao dar entrevista em uma



447 rádio em janeiro de 2018 a entrevista foi ocupada por um grupo do MBL e diante do exposto, se  
448 retirou do evento. Relembrou que foi começada uma campanha de difamação a ela através de um  
449 vídeo, explicou que sua conta no Facebook teve mais de 200.000 ataques e ameaças de morte.  
450 Informou que foi orientada a não pedir o auxílio da polícia e que deveria se isolar. Explicou que  
451 uma Instituição auxiliou na saída do país, que foi candidata em 2018, época em que uma nova de  
452 onda de ataques aconteceu e o movimento MBL compareceu. Discorreu sobre ataques do MBL,  
453 explanou que em 18 de novembro houve uma ameaça de massacre. Argumentou que quem se exila,  
454 não se exila porque deseja. Explicou que estava nos Estados Unidos, foi procurada por uma  
455 instituição e não pode trabalhar, pois tinha o passaporte da Itália que inviabilizava a proteção por  
456 essa instituição. Depois na França foi convidada por um grupo de pesquisa de uma universidade e a  
457 transformou em uma professora contratada. Adicionou que não tem mais contrato com a  
458 universidade e que não possui recursos para pagar as contas, que teve que apresentar um dossiê  
459 sobre os ataques e atualmente está vivendo com o seguro-desemprego na França, direitos autorais  
460 sobre livros e livros lançados. Comunicou que deseja voltar para o Brasil conforme foi solicitado  
461 com o Sr. Jean Wyllys. Ponderou que faz 10 dias que foi atacada e agradeceu a todos. O Presidente  
462 André Carneiro Leão agradeceu, esclareceu que a denúncia será processada e encaminhada a  
463 Comissão de Defensores e Defensoras e a Comissão de Segurança Pública. Em seguida, o Sr. Jean  
464 Wyllys explicou que o primeiro caso de ameaça a ele foi em 2011, que eram frequentemente ligadas  
465 ao contexto religioso, máfias neopentecostais, que em 2016 houve uma tentativa de linchamento a  
466 ele e aos seus dois assessores, esclareceu que foram feitas 17 denúncias à Polícia Federal e que as  
467 denúncias não obtiveram resultado. Relembrou a morte de Marielle Franco, que foi atacada por  
468 forças que atacaram ele também. Argumentou que a extrema direita tinha bastante força e que a  
469 campanha foi difícil, pois na época ele tinha indícios de depressão. Discorreu sobre ataques,  
470 asseverou que fez uma denúncia a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que a acatou, que  
471 a comissão pediu uma medida cautelar, o governo negou e em seguida renunciou a proteção dele e  
472 diante do exposto, foi sugerido o exílio. Afirmou que o seu exílio foi a primeira denúncia pública  
473 internacional de que a democracia no Brasil estava sequestrada pela extrema direita e que o governo  
474 comungava com organizações criminosas. Discorreu sobre teoria conspiratória existente na  
475 operação Lava-jato contra ele. Cientificou que lutou para que o Presidente Lula vencesse e que é  
476 importante o governo fazer um discurso público para pontuar que a democracia foi retomada e  
477 incentivar a volta dos exilados. Argumentou que o governo deve se posicionar de forma séria e que  
478 deve assumir que as pessoas podem voltar e que o governo não concorda com essas situações de



479 ódio. Cientificou que quer contribuir com a democracia brasileira, que foi convidado a retornar ao  
480 país com isso aumentaram os ataques. Adicionou que a extrema direita não deseja que os exilados  
481 voltem, que o governo não pactua com organizações criminosas e que deve ser criado um clima de  
482 segurança, com um apoio aos exilados. O Presidente André Carneiro Leão agradeceu e acolheu a  
483 denúncia. A Conselheira Virginia Dirami Berriel saudou a todos/as, pontuou que o Estado  
484 Brasileiro tem o dever moral de restituir a volta desse exílio forçado para Sra. Marcia Tiburi e o Sr.  
485 Jean Wyllys com total segurança e a reparação dos danos. Declarou que está demorando e quem  
486 está sofrendo tem pressa. Sugeriu enviar um ofício imediato ao Ministério dos Direitos Humanos e  
487 da Cidadania, ao Ministério da Justiça e a Presidência da República solicitando que se dê a urgência  
488 que esse caso requer, colocando o status de exilados políticos. O Conselheiro Artur Custódio  
489 Moreira de Sousa concordou, ponderou que eles defendem os direitos humanos e que são  
490 importantes no país, que deve rearticular e fortalecer os defensores e defensoras de direitos  
491 humanos. A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam agradeceu, se solidarizou, lembrou a  
492 professora Larissa Bombardi que publicou pesquisa sobre agrotóxicos e cientificou que o CNDH  
493 está à disposição. A Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella saudou a todos/as, lembrou  
494 campanha realizada pela Sra. Marcia Tiburi, prestou solidariedade, asseverou que a comissão pode  
495 acompanhar e que o conselho pode conversar com os ministros para ter o reconhecimento de  
496 exilados e trazer segurança. O Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva se solidarizou,  
497 questionou se tem um requerimento formal de pedido de auxílio ao conselho, o que foi confirmado.  
498 Depois indagou os itens específicos. O Presidente André Carneiro Leão esclareceu que foi  
499 solicitado que sejam reconhecidos como exilados e que seja garantido o retorno com segurança ao  
500 país. O Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva questionou se seria um documento escrito do  
501 estado garantindo a segurança. O Sr. Jean Wyllys respondeu que no seu caso seriam que as  
502 instituições públicas devem reconhecer o exílio e que foram obrigados ao exílio por causa de uma  
503 violência e em um período que o governo pactuou com organizações criminosas e garantir que  
504 podem retornar ao país com relativa segurança e que podem viver em outra fase. Complementou  
505 que a vitória deve ser coroada com o retorno e que o conselho pode fazer os encaminhamentos. O  
506 Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva agradeceu e questionou se o pedido foi trazido  
507 pessoalmente. Foi solicitada a cópia do requerimento para os conselheiros. A Sra. Marcia Tiburi  
508 questionou quanto a logística, se deve estar disfarçada, que a manifestação do governo é importante  
509 e agradeceu o apoio. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade concordou com a fala de todos,  
510 que devem retornar e que o país não está seguro e sugeriu o retorno com escolta. O Presidente





511 André Carneiro Leão informou que, após o envio da denúncia, normalmente a presidência analisa  
512 para fornecer sugestões de encaminhamento para as comissões de direitos humanos e sugerir a  
513 adoção de algumas medidas como a expedição de ofícios. Adiantou que a presidência reconhece a  
514 Sra. Marcia Tiburi e o Sr. Jean Wyllys como defensores de direitos humanos, que serão  
515 encaminhadas as denúncias à Comissão Permanente de Defensores e Defensoras de Direitos  
516 Humanos, reconhece as denúncias como graves e tem pressuposto de insegurança e que por isso  
517 será encaminhada a Comissão de Segurança Pública para análise do processo. Declarou que será  
518 necessário envolver o Programa de Defensores do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
519 e encaminharão um ofício. O Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva indagou se será  
520 encaminhado à Comissão de Segurança e de Defensores e os ofícios propostos. O Presidente André  
521 Carneiro Leão esclareceu que a análise dos ofícios de medidas cautelares são realizadas pela  
522 presidência e que, posteriormente submetidas a mesa, os ofícios serão analisados, mas considerando  
523 a urgência, a presidência analisará de imediato. Foi pontuado que as duas providências podem ser  
524 canceladas pelo Plenário. Foi concordado. O Sr. Jean Wyllys e a Sra. Marcia Tiburi agradeceram.  
525 O Presidente André Carneiro Leão sugeriu que as notas sejam analisadas pelas comissões *ad*  
526 *referendum*. Foi questionada se a nota da LGBT será apreciada nesse pleno. Foi negado e informado  
527 que poderá ser feita uma reunião extraordinária. Em seguida, foi passada para a **resolução sobre a**  
528 **reestruturação e fortalecimento do controle social no âmbito dos direitos humanos -**  
529 **Presidente André Carneiro Leão**. O Presidente André Carneiro Leão declarou que visa a criação  
530 de um grupo de trabalho com ex-presidentes, ex-presidentas, mesa diretora do Conselho Nacional  
531 de Direitos Humanos com o intuito de estruturar o Conselho Nacional de Direitos Humanos, que se  
532 pretende debruçar sobre o Fundo Nacional de Direitos Humanos, candidatura e estrutura  
533 administrativa e questionou se possui alguma sugestão de alteração na resolução. Foi aprovada a  
534 resolução por unanimidade. Depois foi abordado sobre a **resolução que visa a criação de um**  
535 **grupo de trabalho para a celebração de 10 anos do Conselho Nacional de Direitos Humanos –**  
536 **Presidente André Carneiro Leão**. Foi destacado que a data é comemorada em 02 de junho e que a  
537 composição no artigo 2º foi composta em uma reunião. Foi aprovada por unanimidade a resolução.  
538 Sobre a **resolução de consultoras e consultores ad hoc**, o Presidente André Carneiro Leão  
539 pontuou que são necessários alguns ajustes e questionou se alguém quer adicionar algum consultor.  
540 Esclareceu que a figura do consultor ad hoc é externa, que os relatores são conselheiros designados  
541 para missões ou missões. Depois foi sugerido a retirada de Leonardo Fetter da Silva, pois foi  
542 indicado para compor outra comissão. Foi ressaltado que os consultores seriam Fábio Balestro



543 Floriano e Marcelo Andrade Azambuja. A Conselheira Alessandra Santos de Almeida sugeriu a  
544 inclusão de Roberto Barbosa de Moura e Ana Valesca Duarte para a Comissão Permanente de  
545 Pessoas em Situação de Privação de Liberdade. Foi incluído Vitória de Macedo Buzzi e Mayra  
546 Cardozo para a Comissão de Segurança Pública. Foi sugerido estabelecer uma data e uma condição.  
547 Foi esclarecido que buscam a publicação de forma rápida. Depois foi inserido Leandro Scalabrin,  
548 Daniel Maranhão Ribeiro, Marcelo Chalhó para subsidiar a Comissão Terra e Água e Cristiano  
549 Muller. Ato seguinte, a Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos perguntou se os relatores  
550 entrariam nessa publicação. Foi negado e esclarecido que os relatores são conselheiros. Em seguida,  
551 foi inserido o nome de Fernanda Balera para a Comissão de População em Situação de Rua e  
552 Antônio Megali para a Comissão de Trabalho e Educação. Ato contínuo, foi passada para a  
553 **denúncia de trabalhadoras de presídio assediadas por policiais penais**. Foi questionado se a Sra.  
554 Fernanda ou se as denunciantes falariam. Foi informado que as denunciantes falariam (Margareth e  
555 Ivânia). A Sra. Ivânia comunicou que desde que o diretor do local de trabalho delas foi nomeado,  
556 tiveram problemas com assédio. Relatou que o diretor ofendia as mulheres, que ela fazia terapia  
557 para lidar com essa situação, informou que convocou testemunha quando ele começou a gritar, que  
558 o diretor fez críticas e ofensas a ela, abraçou e beijou e por esse motivo começou a evitar os locais  
559 que ele estava. Noticiou que o diretor foi denunciado, que foi feita uma audiência de conciliação e  
560 que na audiência ele alegou que ela tinha problemas psiquiátricos. Complementou que falou com  
561 coordenador, pediram ajuda a diversos órgãos, mas que não conseguiu amparo dos órgãos  
562 competentes para que se sinta segura, que não consegue continuar a vida profissional. A Sra.  
563 Margareth narrou que o diretor determinou que as mulheres deveriam cumprimentá-lo com beijos e  
564 abraços, que diante do exposto, outras mulheres sofreram com essa situação. Relatou que o diretor  
565 fazia perguntas íntimas as funcionárias, que o diretor declarou que o nervosismo dela provocava ele,  
566 que encaminhou o caso ao Sindicato dos Policiais penais e perderam os relatos, que compareceu em  
567 órgãos relacionados e nada foi feito. Ponderou que passou em concurso público, que são obrigadas  
568 a pedir exoneração por causa de assédio e que atitudes foram tomadas somente por causa de ação  
569 judicial. Alegou que a Secretaria não fez nada e que não sabem o que fazer e que buscam o auxílio  
570 do conselho. O Presidente André Carneiro Leão e a Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella se  
571 solidarizaram. A Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrella argumentou que deve fazer uma  
572 notificação à SEJUSP para solicitar todos os casos, inclusive os arquivados, providenciar uma  
573 audiência pública com os órgãos relacionados e que deve haver punição do servidor. O Presidente  
574 André Carneiro Leão concordou. A Conselheira Virginia Dirami Berriel se solidarizou, citou casos



575 de suicídios por causa de assédio no trabalho, anunciou que fizeram debates sobre assédio no  
576 trabalho, argumentou que é necessário avançar para uma audiência pública e reforçar a luta pela  
577 Convenção nº 190, que destaca o combate ao assédio, o que será debatido no próximo dia 28 pela  
578 comissão, pois as pessoas precisam trabalhar sem esse grau de perseguição. Foi pontuado que o  
579 caso é um absurdo, que houve violação de direito ao trabalho, violação dos direitos sexuais  
580 reprodutivos, de dignidade e da vida, sendo necessário dialogar com a ministra do Ministério das  
581 mulheres, pois existem projetos em andamento, conversar com a Deputada Benedita, pautar  
582 também na bancada feminista e manter contato com a Sra. Sandra Lia, coordenadora do Plano  
583 Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres. A Conselheira Edna Cristina Jatobá de  
584 Barros externou o seu sentimento de repulsa, lembrou situação de Pernambuco de assédio,  
585 acrescentou que está crescendo o número de feminicídios praticados por policiais, que podem ser  
586 observadas denúncias nesse sentido, estimular para que cheguem ao conselho e apurar as situações.  
587 Não havendo mais assuntos a serem tratados, avançou-se a **Conclusão e Encerramento da 70ª**  
588 **Reunião Ordinária do CNDH - Presidente André Carneiro Leão:** O Presidente André Carneiro  
589 Leão agradeceu a presença de todos os presentes, aos conselheiros e conselheiras que participaram  
590 tanto presencialmente quanto de forma virtual, aos intérpretes de libras, às trabalhadoras e  
591 trabalhador do quadro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e declarou encerrada a 70ª  
592 Reunião Ordinária do CNDH, agradecendo a todos.

593

594

595

**André Carneiro Leão**

596

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

597

